

6 Considerações finais

A mobilização da política municipal atual em torno da oferta escolar destinada preferencialmente ao público jovem, nos conduziu a pesquisar a trajetória do PEJ.

A supressão do ensino noturno adulto no município do Rio que, de certa forma, dava a idéia de espaço aberto a idades diversas, colocou – sintomaticamente – no lugar um outro destinado a indivíduos entre 14 e 25 anos de idade.

As políticas educacionais, quando reforçam tal posição, validam, com sinal trocado, o imediatismo de empresários e governantes que, nas últimas décadas, vêm se empenhando, no embalo da desregulamentação do trabalho, em incorporar estes jovens nas novas formas de consumo e empregabilidade.

Para tanto, toma força, entre nós, uma concepção de jovens inadaptáveis aos processos educativos vivenciados no interior da escola regular e que precisam, portanto, de um “tratamento especial”, capaz de prepará-los para as novas demandas que surgem.

Como tais demandas envolvem, preferencialmente, a escolaridade de alunos que estejam estudando nas séries finais (7^a e 8^a) da educação fundamental, escolhemos, entre os dois segmentos do Projeto, o PEJ II oferecido por uma escola municipal localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro e que acolhe alunos de pontos diferenciados da cidade.

A reconstrução histórica da trajetória do PEJ, que dá suporte aos dados levantados, envolveu principalmente:

- a) A elaboração e realização de entrevistas com as coordenadoras centrais do PEJ;
- b) A convivência com professores no curso de capacitação do PEJ.
- c) Observações do cotidiano escolar do coordenador e de professores.

Por sua vez, a pesquisa sobre uma tendência à juvenilização da oferta de educação de jovens e adultos na política municipal de EJA, refere-se ao contingente de indivíduos localizados na faixa etária entre 15 e 25 anos.

A preocupação com o público jovem, confirmando as observações iniciais, vem no rastro das novas demandas sociais, que a partir do processo de

globalização passou a exigir, em grande intensidade, a atenção de empresários e governantes nos mais distintos países do mundo, fato que também alcançará o Brasil. O imediatismo emanado dessas relações provocou o seguinte comentário de Miriam Paura Zippin Grinspun:

... Essa lei, provavelmente, tinha interesse numa capacitação mínima para que os soldados executassem funções pertinentes ao treinamento militar.

há [...] um bloco de demandas que são as advindas do tempo em que vivemos, de globalização, de pós-modernidade, em que as buscas concentram-se no trabalho e em uma perspectiva de vida. Na época atual, nós nos movemos levados pelo imediatismo. Tudo é agora. Não há uma perspectiva mais ampla, de longo prazo. (Grinspun, JB, 05/11/2000).

Sem qualquer perspectiva de longo prazo e no embalo do consumismo instantâneo, os arrivistas do século XXI elegem o jovem como personagem símbolo de tudo que é “novo” e “moderno”. Seja como consumidor ou como arquétipo de trabalhador exigido pela “sociedade do futuro”. Neste plano torna-se necessário romper com as conquistas trabalhistas da “sociedade passada”, classificando-a como responsáveis pela crise do emprego revelada no fim do século XX. Para tanto, nada melhor do que “afastar” um tipo de trabalhador que foi produto dessa história, forjando outro – denominado jovem – como ícone do “mundo globalizado”.

Esse imediatismo, exigido pela reconfiguração do capital, ao mesmo tempo em que visa afastar os adultos trabalhadores de uma participação social mais efetiva, elege – precipitadamente – o jovem como personagem central da sociedade pós-industrial.

Entendo, que no caso do Rio de Janeiro, a questão da juventude, resgatada na década de 1980, será intensificada no momento da participação de Darcy Ribeiro à frente do governo Brizola.

Essa compreensão de Darcy Ribeiro, favorável à oferta juvenil, entre aqueles indivíduos em idade escolar defasada, motivou-o como vice-governador em 1983, a projetar o PEJ, dentro dos CIEPs, como proposta educativa vinculada ao Estado do Rio de Janeiro.

Mais tarde, recuperando a idéia nascida no âmbito estatal, o PEJ será conduzido como programa único para dar conta da educação dos adultos em nível municipal.

Destarte, o PEJ será oficializado, pelo Conselho Municipal de Educação em 1999, já que antes dessa data sequer certificava os alunos que por ele passavam. No entanto, a faixa etária de 14 a 20 anos, que marcou o início do programa, a partir da oficialização, passou a ser de 14 a 22 anos de idade para o PEJ I e 14 a 25 anos de idade para o PEJ II, embora, houvesse indicações de que a partir do ano 2002 essa faixa seria ampliada.

O condicionamento das faixas etárias acima, consta no Parecer nº 03/99 aprovado pelo Conselho Municipal de Educação (Anexo 3).

Contudo, ainda que o PEJ – como afirmaram as coordenadoras entrevistadas – deva dar acesso a todas as pessoas das mais variadas idades, a nomenclatura “juvenil” que acompanha o programa desde a origem, fiel aos ideais de Darcy Ribeiro, parece vir resistindo às tentativas de englobar faixas etárias mais elevadas.

A pesquisa de campo, na escola municipal, mesmo guardando a proporção do microcosmo estudado, apresentou no total de suas matrículas uma considerável concentração na faixa relativa às idades de 15 a 25 anos.

Ainda que vários relatos, coletados no interior do PEJ, afirmem que deva ser respeitada a LDB, pois esta apenas restringe o limite inferior de idade para freqüentar a EJA em 15 anos, o processo de seleção de alunos, feito sem a participação da escola, até o momento, tem divergido de tal expectativa, como é ilustrado pelos dados relacionados a seguir:

- Em dezembro de 2002, entre os 196 alunos que permaneciam na escola pesquisada, mais de dois terços – 135 alunos – tinham entre 15 e 25 anos de idade.
- Entre os 55 alunos evadidos do PEJ II em 2002, 49 alunos (89%) pertenciam à faixa etária privilegiada pelo programa, enquanto apenas 6 alunos tinham mais de 25 anos.

Por outro lado, os indivíduos que estão na idade acima de 25 anos, embora representando apenas um terço, podem estar indicando possibilidades futuras de ocupação de espaço em escalas etárias variadas.

No entanto, até o momento, a concentração etária, na faixa entre 15 e 25 anos, é bastante compacta se comparada com aqueles alunos que se distribuem por outras idades.

Dois fatos, entre os alunos que evadiram, nos chamam a atenção:

- a) Um quadro de juvenilização também no abandono;
- b) Menor desistência dos indivíduos acima dos 25 anos.

Embora, neste caso específico, outras ações possam ser testadas, parece-nos que há uma substituição de indivíduos mais novos, que abandonam, por outros acima de 25 anos que vão sendo admitidos no programa.

As duas constatações acima podem estar se dando devido ao conflito estabelecido em função do desajustamento dos quadros escolares locais do PEJ, por um lado, e a expectativa dos jovens por outro, incentivando uma elevada evasão na faixa dos 15 aos 25 anos. Talvez, esse desajustamento possa ser melhor equacionado com a elaboração de novas capacitações que tragam elementos para a compreensão da crise de valores que envolve os jovens, vitimados por todo um quadro de instabilidade social de momento. Fato que pode ser aproveitado, pelo PEJ, permitindo uma aproximação entre as experiências diferenciadas de vida dos alunos adultos e a busca de afirmação, num cenário mundial de mudanças, demandadas pelos mais jovens.

No momento em que a coordenação do PEJ revela uma preocupação em manter o programa, ofertando de modo equivalente oportunidades tanto a jovens quanto a adultos, não permitindo que o programa se juvenilize, seria positivo planejar capacitações, para que os professores do programa pudessem, no espaço escolar, integrar ações partindo da experiência vivida pelos dois grupos, destacando as conquistas alcançadas, no mundo do trabalho, por gerações passadas. O que concorreria para estimular o estudo dos adultos, trazendo aos jovens informações que possam ser úteis para o conjunto do seu desenvolvimento. Pois, torna-se imprescindível – como cita Juan Carlos Tedesco ao comentar os estudos baseados nos conceitos de resiliência – *que os alunos, [especialmente pertencentes a estes grupos em particular], possam sentir que seus professores têm confiança neles e na sua capacidade de aprender (Tedesco, 2003).*

No quadro atual, enquanto num momento há uma exortação na seleção do programa destinada aos jovens, noutra a escola esboça dificuldades de compreendê-los e mantê-los em seu espaço. Já entre os adultos, segmento da

população geralmente pouco incentivado a continuar os estudos, embora estejam quantitativamente pouco representados no PEJ, apresentam – como vimos anteriormente – menor índice de evasão do que os jovens. Por tanto, mudanças que propiciem variabilidade no ingresso e estabilidade na permanência dos jovens e adultos nos espaços escolares do PEJ fazem-se necessárias. Bem como se faz necessária a apreensão dessas contradições.

Tem sido uma constante discutir o programa de EJA desvinculando-o do ensino regular e desconsiderando a experiência de que aqueles alunos são portadores. Entendo, portanto que, num primeiro momento, a forma de conduzir o espaço de sala de aula entre jovens e adultos, no PEJ, deve ser trabalhado a partir da expectativa de cada um dos dois grupos, conhecendo e envolvendo as distintas realidades que permeiam o projeto de vida, tanto dos jovens quanto dos adultos, num mundo de crise do trabalho.

Até mesmo porque, a experiência de trabalho trazida pelas categorias mais velhas, é de vital importância para a construção de aprendizado integral do aluno jovem.

Nossa observação – sobre os dois grupos (o de 15 a 25 anos e os dos alunos que têm em mais de 25 anos) – tendo em vista as relações de emprego e renda, revelou o seguinte quadro:

1) Trabalho:

- I. Entre os indivíduos de até 25 anos, 37,9% não trabalham, enquanto 29,3% trabalham e dependem financeiramente da família;
- II. Na faixa dos maiores de 25 anos, 83% trabalham, sendo que 16,6% trabalham e dependem financeiramente da família.

2) Salário mensal:

- I. Entre os indivíduos de até 25 anos, 37% ganham entre R\$ 100,00 e R\$ 300,00;
- II. Entre os indivíduos maiores de 25 anos, 55% ganham entre R\$ 301,00 e R\$ 1.001,00 ou mais.

Esses dados servem para nos mostrar a complexidade do problema que envolve a Educação de Jovens e Adultos no município do Rio de Janeiro, constando o seguinte:

- a) Existe um privilegiamento, no PEJ II, baseado na escola pesquisada, para as categorias de indivíduos entre 15 e 25 anos de idade;
- b) Vários são os casos em que, amparada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a justiça determina a incorporação, na sala de aula, de menores infratores. Fato que, isolado do acompanhamento de outras áreas sociais especializadas, gera estranhamento, entre todos, tanto por parte dos alunos quanto dos professores;
- c) No ensino municipal noturno há uma grande carência de recursos, o que impede a disponibilidade de bibliotecas, computadores, formação específica de professores para o PEJ. Da mesma forma, a escassez de recursos tem obstruído a construção de dados que possam permitir identificar o perfil dos alunos do PEJ apontando, por exemplo, as causas da evasão ou suas perspectivas após a conclusão escolar;
- d) O grupo que concentra os alunos acima de 25 anos, apesar da crise que se abate sobre o trabalho, apresenta maiores taxas de emprego e ganhos salariais mais elevados, se comparados com os indivíduos na faixa etária de 15 a 25 anos de idade.

Em função desses dados, compreendemos que somente o imediatismo juvenil, justificado por alguns, em função das necessidades clamadas pelo “mundo globalizado”, sem intervenções profundas, dialogando com os atores envolvidos no processo, não dará conta da complexidade que está no entorno da carência educativa dos jovens e adultos no Brasil.